



ANO II

PASQUIM FEMINISTA

Publicação do COLETIVA FEMINISTA GSEX

ANO II - Nº05

Data de fechamento: 30/11/2023

Geovana Lara Clemente Rocha

Idealizadora do projeto

Maria Meire de Carvalho

Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni

Gabriela Magalhães Sabino

Revisoras do projeto

Ana Carola Cavalcante

Design e diagramação gráfica

ACOMPANHE NOSSAS REDES:

@coletivagsex

Coletiva Feminista GSEX

gsexgoias@gmail.com



**COLETIVA  
FEMINISTA  
GSEX**

# PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

## MÊS CONSCIÊNCIA NEGRA

**NESTA  
EDIÇÃO**

Mulheres Pretas “Elogios que Ferem” . Rosa Gomes  
Ser Mulher Preta no Brasil . Até Onde Vai o Apagamento das  
Mulheres Pretas no Brasil . A Mulher Negra  
“A Carne Mais Barata do Mercado é a Carne Negra”  
Tecendo a Equidade . Branquitude . Melodia da Solidão  
Representatividade Para a Construção da Autoestima





# ROSA GOMES: LUTAS E RESISTÊNCIAS DE UMA MULHER PRETA PELA BUSCA DE LIBERDADE

Por:  
**Maria Meire de Carvalho**  
**Aia Hipácia**

Aqui traçaremos algumas palavras sobre Rosa Gomes, mulher preta que nomeia nossa PASQUIM FEMINISTA, mulher ainda invisibilizada. Sua luta sequer é citada nos registros históricos. Uma mulher escravizada que resistiu aos poderosos colonizadores, homens brancos, cis, cristãos exploradores e dizimadores da região denominada por Goiás, os mesmos que continuam sendo homenageados em bustos pelas ruas, becos, praças e campanários, os mesmos que ainda são ressaltados como heróis nas escritas historiográficas.

Rosa Gomes foi uma mulher escravizada na Capitania de Goiás no século XVIII. A sua batalha por liberdade para si e seus entes próximos a tornou conhecida em Vila Boa, na época, Capitania de Goiás. E cá em terras tupinambás, emerge Rosa, uma mulher potente como Oyá – apenas Rosa “preta-mina”, trazida pelo comércio de pessoas do continente africano no século XVIII.

Certamente, o nome e o sobrenome outorgado à Rosa Gomes tenham sido dados pelos colonizadores, pois era costume batizar os povos colonizados e escravizados com nomes cristãos. Assim o domínio das vidas pretas e indígenas era completo.

O apagamento dos seus vínculos com a sua terra natal tornou impossível precisar exatamente a sua nação e mesmo a data do seu nascimento.

Contudo, sabemos que os colonizadores a situaram no grupo de “preta-mina”. Para a historiadora Soares (1998), “preta-mina” era um dos grupos de classificação das pessoas trazidas para a América, ou seja, designava a procedência de alguém. Mas, dado a generalização, cada um deles, abarcava muitos grupos étnicos e esse foi o caso do grupo de “mina”.

As pessoas comercializadas eram ordenadas em grandes grupos a partir de suas características físicas, quais sejam: preta-mina, nação angola e escravizados de Guiné. Soares, diz que cada uma dessas designações vem acompanhada de características físicas e comportamentais, formas de vestir, línguas, crenças, dentre outras. Esse arranjo era mais uma forma das violências que sofriam as pessoas traficadas, pois eram separadas de suas famílias, de seus conterrâneos.

Desse modo, a desterritorialização acontecia tanto no sentido físico quanto da psique.

Na lista de mulheres libertas, consta o nome de três Rosas: “Rosa Criola”, “Rosa Maria Criola” e “Rosa Mina”, nomes identificados entre os registros do cartório. (Livro de Notas, 1784-1799). Os dados sobre as pessoas trazidas para o Brasil são escassos. Não sabemos onde os colonizadores desembarcaram Rosa Gomes ao chegar desse lado de cá do Atlântico. É certo que Rosa fez uma viagem que a trouxe para o interior do país, especificamente, para Vila Boa de Goiás, no Centro Oeste do Brasil.

Segundo Loiola (2008), Rosa Gomes juntou recurso suficiente para comprar a liberdade de quatro pessoas escravizadas, sendo que duas delas eram do seu núcleo familiar: a mãe e o filho. Com respeito ao filho, não há informações se ele nasceu em continente africano ou na colônia; se era filho de homem escravizado ou de colonizador.

De acordo com os registros históricos Rosa Gomes conseguiu comprar a liberdade de outras pessoas, mas para adquirir a sua própria encontrou dificuldades, que vinham do seu dono, o alferes José Gomes de Barros. Ele estipulou para Rosa Gomes um valor colossal, em relação aos preços praticados na época para as alforrias.

O historiador Paulo Bertan (1996), cita o caso de Rosa Gomes, afirmando que: “[...] a mesma foi escrava do alferes José Gomes de Barros. Muita conhecida no tempo [...], a escrava diligente havia juntado pecúlio para comprar quatro escravos a crédito, incluindo uma mãe e filho” (Bertran, 1996, p.23-24). No mesmo registro histórico Bertran (1996), aponta que o alferes, seu senhor, não regulamentava um preço justo para que ela comprasse a sua liberdade. Por crueldade, o alferes desferia valores irrealis, exorbitantes, com a nítida intenção de que Rosa não conseguisse o volume do numerário pedido.

O governador da Capitania de Goiás, Luís da Cunha Menezes, em nota de ordem pública, “[...]interveio na pendenga, forçando José Gomes de Barros a contratar com justeza a alforria da escrava, apontando-lhe vilmente incorrer em ludíbrio de sua honra e do caráter de alferes da companhia de nobreza por agir erradamente com a serva” (Bertan, 1996, p.23-24).

Apesar das escassas informações, conclui-se que Rosa Gomes também se insere entre as mulheres que lutaram incansavelmente por suas alforrias e de seus familiares.

É importante observar que a compra de alforria não significava na prática uma vida livre dos sofrimentos da escravidão. Isto é, a liberdade adquirida não mudava muito a vida dessas mulheres e homens no cotidiano prático. Essa mudança se manifestava mais no campo abstrato do documento.

Rosa Gomes, ao que indica Loiola (2008), conseguiu sua carta de alforria em razão da intervenção feita pelo então governador da capitania no ano de 1783, que acusou José Gomes de Barros de embargo na venda da carta de alforria para Rosa Gomes. Feito isso, Luís da Cunha Menezes lavrou em cartório a sua carta de liberdade. Apesar de a concessão da alforria ser uma prerrogativa senhorial, contrariando o costume, o governador interpôs-se e obrigou o alferes a conceder a liberdade por um preço justo.

Não há registros sobre como foi a vida de Rosa Gomes após gozar de sua liberdade formal, mas seu nome consta na lista de mulheres libertas. Sua luta por liberdade ecoou e, atualmente, a Cidade de Goiás a homenageia nomeando por Rosa Gomes, uma de suas ruas no Centro Histórico da Cidade.

O Conselho dos Direitos das Mulheres da cidade de Goiás também leva o nome de Rosa Gomes – CONDIM Rosa Gomes, nome sugerido pela professora Maria Meire de Carvalho.

Enquanto mulheres feministas, ativistas anticapitalistas, antirracistas, lgbtfóbicas e antissexistas, não podemos admitir que a política de dominação de classe, de raça e de gênero continue silenciando histórias como a de Rosa Gomes. Romper com esse processo civilizatório requer lançar mão de um feminismo decolonial, pois “o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero”, como propõe Ângela Davis (2018, p.110), na sua obra “A liberdade é uma luta constante”.

#### Referências:

BERTRAN, P. (Org.). Notícia Geral da Capitania de Goiás. Goiânia: UCG/UFG, 1996.

DAVIS, A. A Liberdade é uma Luta Constante. Trad. Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

LOIOLA, M. L. Os Devotos do Santo Preto, o Governador e o Vigário: políticas e insurgências na Vila Boa dos guayazes. Anais II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG).

LOIOLA. Trajetórias Atlânticas, Percursos para a Liberdade: africanos e descendentes na capitania dos guayazes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2008.

SOARES, M. C. Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista. Rio de Janeiro: Tempo, v.3, n. 6, Dez 1998.

Maria Meire é Professora da UFG e Coordenadora da Coletiva Feminista GSEX.

Aia Hipácia - Vânia dos Santos Silva - professora da UEG - pedagoga e filósofa e integrante da Coletiva Feminista GSEX.



imagemfreepik

# SER MULHER PRETA NO BRASIL É "CARREGAR O MUNDO NAS COSTAS"

Por:  
Gláucia Fernandes

Ser mulher preta em um país onde a escravidão perpetuou por mais de 300 anos, é desafiante, pois, a estrutura patriarcal e colonial, na qual a mulher preta brasileira está inserida, reforça, todos os dias, os vários tipos de violências. Desde a desvalorização da força de trabalho e a sobrecarga, por literalmente "carregar o mundo nas costas".

A mulher preta ganha o menor salário, é proibida de adoecer, porque sempre terá alguém que dependerá do seu trabalho e da sua atenção.

A normalização dessas violências perpassa a história, desde a época da escravidão.

Desse modo, só muda a roupagem, porque a "ama de leite", do mundo contemporâneo, é notória em cada mulher preta. Assim, ela é sugada, para manter o sistema capitalista, machista, misógino e racista.

Por conseguinte, romper com essa herança dolorosa, requer muita resistência. E por falar em resistência! "Honro quem arrou esse caminho que hoje trilho".

Nesse sentido, em reverência a minha ancestralidade e ao meu processo de decolonialidade, depreendo, que o papel do saber que vem de fora, da visão hegemônica fornece a capacidade de aquisição de existência dentro da situação de corpos "dissidentes".

Essa mudança de entendimento consiste no desapego eurocêntrico para compreender a realidade.

A colonização europeia, em sua expansão mundial, impôs seu modo de pensar, agir e ser como algo primordial dentro da noção de humanidade.

Contudo, as suas maldosas ações deixaram rastros e cicatrizes profundas nas populações subjugadas, em especial a mulher preta brasileira.

É inaceitável que esses moldes racistas prevaleçam, é inaceitável ser cúmplices dessas práticas repugnantes, que perpassam há anos e está enraizada em nossas mentes e ações todos os dias, sendo normalizadas e legalizadas.

No pensamento decolonial romper com as barreiras da colonialidade é transpassar ao mundo contemporâneo libertos de amarras preconceituosas que ditaram regras durante anos. Porém, é necessária muita luta, reivindicação dos direitos e acessibilidade ao conhecimento. Somente assim conseguiremos um mundo mais justo e igualitário para todas, todos e todes.

Gláucia Fernandes, é mulher quilombola, discente do curso de Serviço Social, UFG / Campus Goiás - Integrante da Coletiva Feminista GSEX.  
Email: [glauucia\\_fernandes@discente.ufg.br](mailto:glauucia_fernandes@discente.ufg.br)



Artista: Iasmim Alves Souza Teixeira



# ATÉ ONDE VAI O APAGAMENTO DAS MULHERES NEGRAS?

Por:  
Ana Maria Francisco Maia

*“No momento do meu nascimento dois fatores determinaram o meu destino: ter nascido negra e ter nascido mulher”.bell hooks*

O Brasil é marcado historicamente pelo racismo que é institucionalizado pelo Estado.

Entretanto, conforme a Constituição Federal de 1988, todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo assim a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

Na contramão, os dados estatísticos dos últimos anos apontam que a violência contra as mulheres tem números assustadores, e principalmente quando se trata de mulheres negras.

Em 2021, por exemplo, o Atlas da Violência notificou que 3.737 mulheres foram assassinadas no país por violência doméstica, familiar ou por discriminação à condição de mulher.

Somem-se a esses números 3.756 mulheres que perderam suas vidas de forma violenta sem causa indicada. E, desse total, 66% das mulheres eram negras. Para além, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública notificou que em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. Destaca-se que conforme a classificação de raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são consideradas “negras” a soma das pretas e pardas, e “não negras” a soma das brancas, amarelas e indígenas.

Nesse sentido, é necessário pensar o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo, à discriminação, ao machismo, à lesbofobia e ao sexismo, os quais elevam os índices de violência contra as mulheres negras.

Para além, devem ser pensados programas e ações sociais, que promovam discussões e conscientização no combate à violência contra essas mulheres que têm sido historicamente silenciadas.

Ana Maria F. Maia é Assistente Social. Email: ana-maria-fm@hotmail.com



## A MULHER NEGRA

Por: Ana Maria Francisco Maia

A mulher negra  
é o símbolo da resistência das mulheres que  
disseram não aos colonizadores.  
Somos a voz daquelas que  
receberam chibatadas,  
das que ficaram presas nos porões:  
eram parteiras, raizeiras,  
aquelas que foram consumidas nas fogueiras,  
foram marcadas pelo ferro quente,  
nem sabiam assinar seus nomes,  
mas que gritaram pelo conhecimento e  
pela liberdade de expressar seus sentimentos.

# A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA": CLÁUDIA SILVA FERREIRA, PRESENTE!

Por:  
Ana Carolina Cavalcante de Souza

"Tá lá o corpo estendido no chão", conforme a frase da composição "De frente pro crime", de Aldir Blanc e João Bosco.

Este relato narra o genocídio de cor e classe no Brasil, resultante da violência policial contra pessoas negras e pobres.

Era um domingo de março de 2014. Cláudia, uma mulher negra moradora de uma comunidade periférica, descia o Morro da Congonha, em Madureira, na zona norte do Rio de Janeiro, para comprar pão. No entanto, pouco antes de chegar à padaria, ela se deparou com os criminosos (os policiais) e em questão de segundos, Cláudia estava com seu corpo estendido no chão. Mais tarde, em seus depoimentos, os policiais alegaram que se assustaram com o copo de café que ela segurava.

O susto desses policiais ao verem uma mulher negra e periférica num domingo, carregando um copo de café, foi tamanho que dispararam dois tiros nela, um no peito, que a atravessou, e o outro na nuca. Já não havia mais para Cláudia, nem pão, nem café.

Assim como na canção "A Carne", interpretada por Elza Soares, com composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto, onde se menciona: "A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça para o presídio e para debaixo de plástico ...".

Cláudia, aos 38 anos, com sua pele negra, foi colocada, jogada, posta, deixada por PMs no porta-malas da viatura policial, com o objetivo de ser levada para o hospital. Entretanto, durante o percurso, o porta-malas se abriu e ela ficou presa por um pedaço de roupa ao carro, sendo seu corpo negro arrastado por 350 metros e partes de seu corpo foram dilaceradas ao ser arrastada pelo asfalto.

Cláudia foi recolocada no porta-malas, e um cinegrafista amador registrou o momento em que ela foi arrastada.

O vídeo está disponível na rede, sua carne continua exposta. De acordo com o Instituto Médico Legal (IML), a causa da morte foi atribuída ao tiro no peito. No entanto, sabemos que foi outra. Cláudia Silva Ferreira, mulher, trabalhadora (auxiliar de limpeza) e mãe de 4 filhos, foi assassinada devido ao racismo institucional a que os corpos negros estão sujeitos.

A verdadeira causa da morte: assassinada pela polícia, por ser negra, periférica e brasileira.



Cláudia Silva Ferreira

Nascimento: 1976, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Falecimento: 16 de março de 2014, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Local do crime: Morro da Congonha, na zona norte do Rio de Janeiro, Brasil

Tipo de crime: assassinato

Ana C. Cavalcante - Graduanda de Ciências Sociais - UFG / Campus Goiânia  
@aana.carola

# TECENDO A EQUIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA ÀS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Por:  
Samantha Ribeiro da Silva

As violências enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes são problemáticas prementes que requerem atenção imediata e intervenções eficazes.

No contexto brasileiro, evidencia-se uma variedade de opressões que posiciona as mulheres negras em uma condição de desigualdade singular.

A convergência do racismo estrutural e da misoginia contribui para a intensificação dos desafios enfrentados por essas mulheres.

Seja no âmbito doméstico, institucional ou social, as mulheres negras são frequentemente alvo de violência física, verbal, sexual, psicológica e simbólica.

É crucial salientar que as estatísticas referentes às violências contra as mulheres negras muitas vezes subestimam a extensão do problema, uma vez que as suas experiências são rotineiramente minimizadas ou negligenciadas.

A ausência de representatividade política contribui para uma invisibilidade dos dados sobre as violências sofridas por essas mulheres, perpetuando, assim, o ciclo de violência.

As mulheres negras em situação de violência enfrentam obstáculos adicionais ao buscar assistência, em decorrência do racismo institucional que pode restringir o acesso aos serviços de apoio.

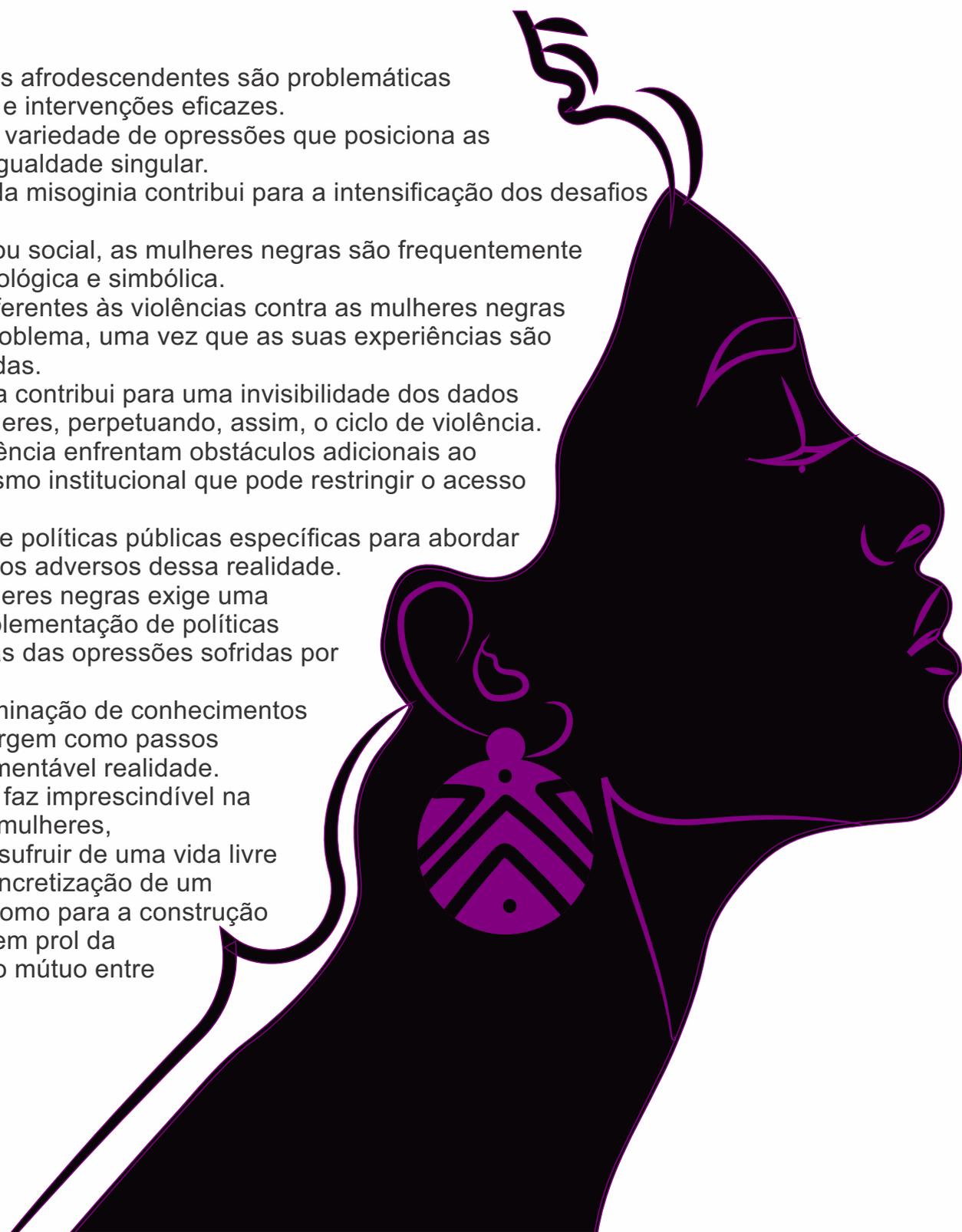
A disparidade econômica e a ausência de políticas públicas específicas para abordar a violência de gênero exacerbam os impactos adversos dessa realidade.

A mitigação da violência dirigida às mulheres negras exige uma abordagem interseccional, bem como a implementação de políticas públicas que considerem as distintas facetas das opressões sofridas por esse grupo.

A promoção da equidade racial, a disseminação de conhecimentos sobre diversidade e a conscientização emergem como passos imperativos para a transformação dessa lamentável realidade.

O engajamento coletivo da sociedade se faz imprescindível na construção de um ambiente onde todas as mulheres, independentemente de sua raça, possam usufruir de uma vida livre de violência, contribuindo, assim, para a concretização de um futuro livre do racismo e do sexismo, bem como para a construção de uma sociedade que elege seus valores em prol da igualdade/equidade de gênero e do respeito mútuo entre todas as pessoas.

Samantha Ribeiro Silva é mulher preta,  
discente do curso de Serviço Social  
UFG / Campus Goiás.  
E-mail: samantharibeiro1888@gmail.com





# BRANQUITUDE

Por:  
Ana Colantoni

Desde a década de 90, no Brasil, há uma quantidade considerável de autores e autoras que mudaram o objeto de pesquisa sobre as questões raciais.

Em vez de estudarem negros/as e indígenas, como eram os focos únicos até antes desse período, passaram a considerar que o desvio da norma – O/a Outro/a que deve ser estudado/a – é a pessoa que possui privilégios na hierarquia de poder racial: a pessoa branca.

A partir disso, Lourenço Cardoso cria dois conceitos importantes e passa a ser referenciado sobre essas questões. Ele define “branquitude acrítica” como o grupo de pessoas brancas que negam que o racismo existe, que pensam que seus privilégios são fruto de méritos pessoais e que defendem a manutenção do sistema tal como ele existe. Também define “branquitude crítica” como sendo o grupo de pessoas brancas que se declaram antirracistas.

Contudo, é comum ocorrer o fato de pessoas pertencentes ao grupo da branquitude crítica entrarem em contradição performática nas suas relações interpessoais. Às vezes se consideram salvadoras. Às vezes normalizam a hierarquia racial, defendendo que tem mais quem se esforça mais. Às vezes escolhem somente brancos para vagas de empregos, para festas, para algum tipo de benefício, dando como justificativa alguma regra eurocentrada.

Às vezes não denunciam pessoas brancas racistas e mantêm como intocável o “pacto narcísico da branquitude”, conforme o conceito de Cida Bento.

Nós, pessoas brancas, precisamos ter coragem para compreender o mundo a partir de uma nova ótica, pois a percepção de nossos privilégios é o primeiro passo para a desconstrução das injustiças de raça, construídas e solidificadas por pessoas brancas.

Ana Gabriela Colantoni é filósofa, professora da UFG e integrante da Coletiva Feminista GSEX.



# MELODIA DA SERVIDÃO

Por:  
Samantha Ribeiro Silva

Na exploração intensiva, onde o trabalho escravo é prisão,  
Corpos negros subjugados, nos grandes centros da opressão.  
O sistema de ganho, diária a definir,  
Trabalhadoras escravas, têm funções a cumprir.

Lavar roupas, passar, tarefas específicas a desempenhar,  
Sou mulher negra, uma propriedade a trocar.  
No compasso da exploração, sem consentimento,  
A melodia da servidão, um lamento no momento.

Persiste no século XXI, ecoando a agonia,  
Madalena Giordano, décadas em servidão, sem harmonia.  
Empregada desde a infância, sem salário ou direitos,  
Cidadania ignorada, em quatro décadas de desfeitos.

Escravidão moderna, termo que nos fere,  
Cárcere, exploração, identidade que se perde.  
Na penumbra do dever, sua luz reprimida,  
Em gaiolas invisíveis, a alma esquecida.

No cenário atual, reflexos do passado,  
Cultura, política, mantendo o fardo.  
Concepções arraigadas, como raízes no chão,  
Alicerces que moldam, com suas sombras de opressão.

Num Brasil contemporâneo, ecoa a triste melodia,  
Reprodução de práticas, uma sociedade sombria.  
É tempo de questionar, de romper a corrente,  
Liberdade e justiça, e talvez um futuro diferente.



# REPRESENTATIVIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTOESTIMA EM CRIANÇAS PRETAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Por:  
Ivis Cunha

Como estamos no mês de novembro é comum que a coordenação pedagógica de cada escola peça aos professores que trabalhem o Dia da Consciência Negra. Pude perceber que esse assunto quase sempre se faz atento somente ao período de escravidão no Brasil, e não de fato buscando-se uma conscientização das relações étnico-raciais.

De acordo com Almeida (2021) as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas permaneceram presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos.

Assim, quando o ensino parte apenas desse lugar, é pouco provável que a criança preta consiga vislumbrar diferentes perspectivas sobre si no mundo, pois se enraíza a ela um pensamento de que a consciência negra está entrelaçada ao sofrimento.

Outro ponto que podemos destacar é a negligência em apresentar papéis positivos e representativos da pessoa preta, em diversos contextos, como em livros, filmes e redes sociais.

Essas representações por vezes insuficientes, defasadas e negativas acabam fortalecendo estereótipos com relação ao negro.

Diante desse quadro busquei desenvolver planos de aulas para trabalhar com turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, nos quais apresentei uma série de nomes de pretas e pretos cientistas que fazem/fizeram parte da história da humanidade e que por causa de uma estrutura racista não recebem o devido reconhecimento.

Em uma aula de Ciências, por exemplo, levava para essas aulas textos, imagens e livros e por meio deles fazíamos rodas de conversas e deixava a turma decidir qual cientista eles queriam saber no dia. Nomes como Alice Ball entrou nas discussões.

Faz-se necessário descartar que Alice Ball, criou aos 23 anos, o método Ball, um tratamento químico que ajudou a curar a lepra (hanseníase).

A partir da personalidade preta, aproveitava para, além de apresentá-la, explicar sobre doença infecciosa, cuidados com higiene pessoal e com a própria pele.

Nessa aula, um aluno perguntou se era realmente necessário passar protetor solar na pele de gente preta, pois ouviu falar que não precisava porque “pele desse tipo era feita para trabalhar debaixo do sol quente” (fala transcrita na íntegra do aluno sem nome revelado).

Com apoio do letramento racial mostrei para a turma que essa frase estava munida de racismo. E que era de uma total irresponsabilidade para a comunidade preta, uma vez que o protetor solar é para todos os fotótipos de pele, não é porque ela tem uma resistência natural aos raios solares, por conta da maior quantidade de melanina presente nas camadas dérmicas, que ela não precisa ser cuidada com protetor solar.

Depois dessas exposições, as falas com um sentimento de entusiasmo surgiam entre os alunos assim: “então existe mulher cientista?”, “porque o mundo é racista que nem traz pra escola o povo preto?”.

Isso demonstra a importância de revelar aspectos positivos e personalidades representativas de pessoas pretas nas escolas.

Notamos assim que apesar do processo de construção da identidade do sujeito negro ser nebulosa, é possível haver esperança para a ressignificação da construção de uma conscientização e valorização da cultura negra por nós educadores, cientistas, ativistas e artistas, enfim, pela sociedade em geral.

## Referências:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2021. Ivis Cunha

Ivis Cunha (nome social de Ivane Gonçalves da Cunha), é Professora da Rede Municipal da Cidade de Goiás. Mestra em Educação pela UEG.  
cunhaivis@gmail.com